

5º SIMPÓSIO IMAGEM E IDENTIDADE E TERRITÓRIO | MACEIÓ | 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 | CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | UNIT

APRENDIZAGENS DO ESPAÇO ATRAVÉS DA INDIVIDUAÇÃO SEM SUJEITO

Thais de Bhanthumchinda Portela

There is a crack in everything [tem uma rachadura em tudo]

That's how the light gets in. [é assim que a luz entra]

Leonard Cohen

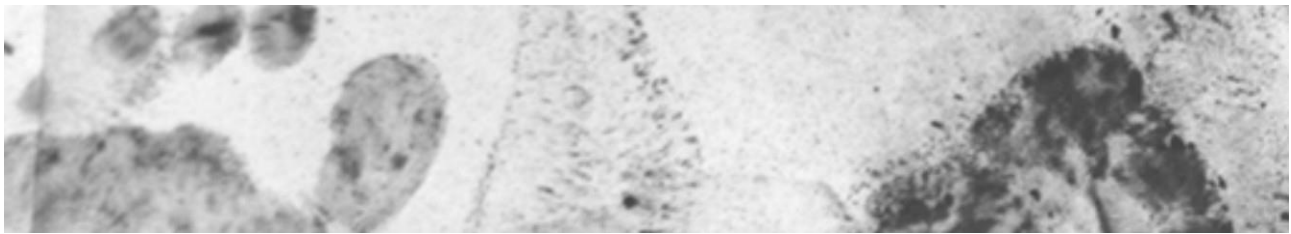
#1. Modos de fazer espaço e o pensamento urbanístico.

A vida que há no espaço e no tempo desta esfera chamada Terra subsiste e é para além do humano. Podemos desaparecer enquanto espécie, mas estando aqui e agora, estamos constantemente aprendendo a lidar com essas categorias, de modo um modo ou de outro, singularizando e variando o pensamento e a experiência que inventamos com esses universais. Essa obviedade abre o texto porque é uma dimensão da reflexão que surge quando temos, por objeto, o estudo do fazer espaço na construção das cidades¹ na crítica Era da Aceleração do Antropoceno e, por objetivo, a intenção de [des][re]fazer esse espaço em crise.

A crise posta é conhecida desde a década de 1970², e refere-se a própria possibilidade de existência da espécie no planeta. Os riscos à vida humana, criados pela própria humanidade, já são amplamente conhecidos tanto pela produção do pensamento quanto pela experiência das sociedades contemporâneas, mas esse conhecimento não rompe com o consumismo, a turistificação, a espetacularização, a financeirização dos mercados, a agroindústria e os veículos automotores entre tantos agenciamentos contemporâneos envolvidos nos modos de fazer espaço que geram riscos, revogação de direitos e sofrimentos das mais variadas ordens. O coletivo humano continua acelerando as transformações que [n]os coloca em risco. Mesmo fazendo a crítica - nos organizamos em Multidão frente ao Império; criamos heróis da participação popular, do meio ambiente e da cultura; produzimos conhecimento científico - mas não surge o ponto de inflexão que aponta para a saída dessa queda precipício abaixo.

¹ A maioria dos assentamentos humanos, hoje, se dá nesse espaço chamado cidades. Mas entende-se que até mesmo esse termo precisa ser desnaturalizado, no que tange sua construção histórica a partir da Era Industrial onde o pensamento sobre as cidades se dá por relações dicotômicas como urbano x rural, urbano x natureza, urbano x arcaico, etc.

² Debates sobre os recursos renováveis não serem infinitos começam nessa década, vide publicações sobre o Clube de Roma.



Esse texto é a apresentação de uma pesquisa que se inicia que tem por objeto os “modos de fazer” o espaço da cidade em crise, no contexto do Antropoceno. O que aqui é chamado de “modos de fazer” é reflexão que remete às “artes de fazer” ou “maneiras de fazer” das pesquisas de Michel de Certeau sobre os consumidores na década de 1970 e à teoria da individuação, organizada a partir dos conceitos de metaestabilidade, forma, informação e modulação de Gilbert Simondon.

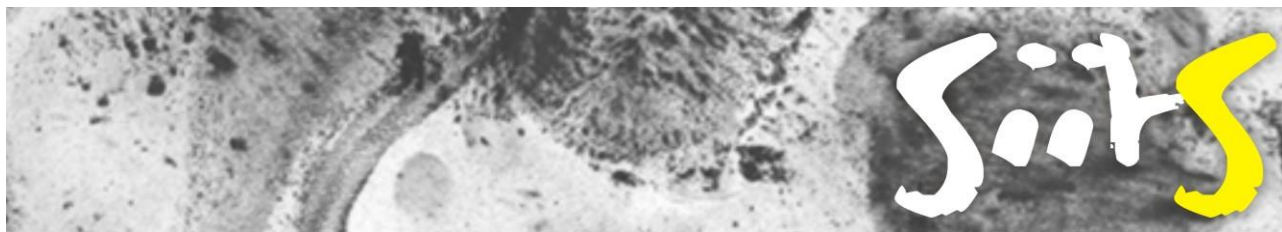
Certeau dialogava com certo senso comum que lia as “massas” como gigante coletivo de pessoas maleáveis à vontade de um poder hegemônico, alienadas dos fatos, passivas frente à sociedade do espetáculo, e mostrava que as práticas dos consumidores eram carregadas de reapropriações e experimentações que reinventavam o consumo pelas próprias práticas desse mesmo consumo, realizando-o de maneira distinta das previamente concebidas. Com essa pesquisa Certeau apontava que a relação das pessoas com o mundo e seus objetos não é dada, por mais que as “maneiras de fazer” sejam concebidas pelos poderes hegemônicos que criam o mundo e seus objetos por “modos de fazer” dogmáticos e racionalizados por padrões e modelos. Há, na vida cotidiana uma constante recriação que inventa as “artes de fazer”.

[...] A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1994:39).

Mas, fala-se aqui de modos e não de maneiras ou artes de fazer para distinguir uma outra camada de reflexão desse fazer espaço, que aproxima-se do pensamento de Gilbert Simondon. Esse autor apontava que os planos da realidade se constituem em múltiplas individuações do físico, do biológico, do psíquico ou do social, etc. e que a realidade compreendida a partir da noção de indivíduo já constituído, sujeito de si mesmo, e não dos processos de individuação é que leva à modos de pensar, e portanto de fazer, substancialistas, que perdem de vista o caráter sempre movente do real. Gilles Deleuze, sobre a teoria de Simondon, relativiza o princípio da teoria mas não a reinterpreta, e faz aproximações com sua filosofia da diferença através princípio da heterogeneidade que permite distinguir os conceitos de singularidade e individualidade.

Traz-se para o texto a explanação de Deleuze:

Simondon parte de duas observações críticas: 1º Tradicionalmente, o princípio de individuação é reportado a um indivíduo já pronto, já constituído. Pergunta-se apenas o que constitui a individualidade de um tal ser, isto é, o que caracteriza um ser já individuado. E porque se “mete” o indivíduo após a individuação, “mete-se” no mesmo lance o princípio de



5º SIMPÓSIO IMAGEM E IDENTIDADE E TERRITÓRIO | MACEIÓ | 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 | CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | UNIT

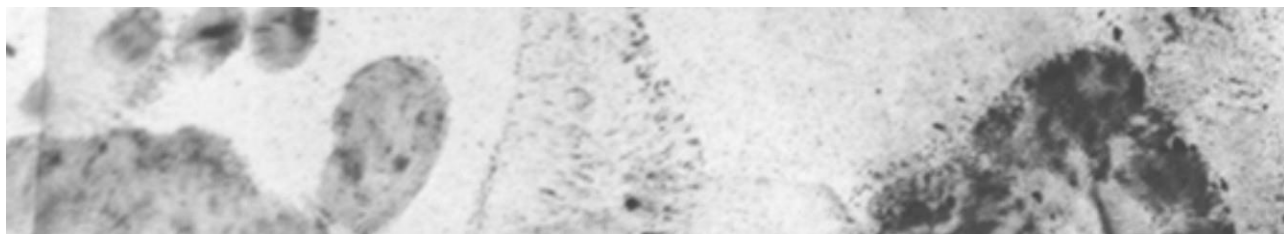
individação antes da operação de individuar, acima da própria individuação. (DELEUZE, 2015:02)

A noção de indivíduo já pronto para o qual pergunta se o que o caracteriza é a operação própria dos jogos de identidade, que no âmbito da política cria as relações de distinção de uns para com outros, dos de dentro com os de fora, dos incluídos e dos excluídos, dos sujeitos e dos sujeitados – pelo capital, pela história, pela racionalidade, pela ciência ou qualquer outro marcador de distinção. A noção dos processos de individuação, no qual o indivíduo é entendido como meio pelo qual atravessam processos biológicos, psíquicos, sociais, etc., remete ao conceito de singularidade. Guatarri e Rolnik, reduzem a dimensão da singularidade à um conceito existencial, que simplifica a singularidade pensada por Simondon, mas estes autores distinguem trazem uma distinção fundamental para a reflexão dos modos de fazer espaço. Para eles:

Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. Essa referência vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de identificação, quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira, de identidade, sua impressão digital, etc. Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. (Guatarri e Rolnik, 1993:68)

Muito da política, essa ação entre e para pessoas viverem em coletividade, que cria o espaço das cidades do Antropoceno são calcadas na noção de identidade – e neste ponto apontamos particularmente para as políticas de Estado, que na sua quase totalidade, nas suas variadas escalas, seja no nível municipal, estadual, nacional e/ou transnacional se organizam a partir da noção de cidadão, esse indivíduo identificado por suas marcas de distinção dadas pela civilidade e pelos direitos à ele garantido. Essa é, também, a base do pensamento urbanístico e dos seus modos de fazer espaço.

Somente a partir das identidades que os processos de individuação podem ser “metidos” no indivíduo e cristalizados em um único e mesmo quadro de referências e a violência e o sofrimento gerado que essas políticas recebem críticas de todos os lados, mas nem por isso o modo de pensar se transforma. Nesse sentido pode-se apontar as políticas de ensino para conscientização escritas no livro *Identidade e Violência* do economista premiado com o Nobel em 1998, Amartya Sen. Percebendo os perigos das políticas de identidade esse autor propôs um sistema de justiça social multiculturalista, no qual os indivíduos devam ser entendidos a partir de suas pertencas complexas (das identidades simultâneas em um mesmo indivíduo) e não de pertencas exclusivas. O problema das identidades ganha um pensamento mais complexo, mas a natureza do modo de fazer é o mesmo, não se diferencia.



Daí que se tem a construção do conceito “modos de fazer”. Este não se refere apenas às práticas, sejam elas hegemônicas ou astuciosas, mas refere-se também à noção que incide sobre a pessoa que realiza essas práticas. A pessoa pode ser o sujeito da história (ou seus correlatos agente, ator, personagens, etc.) ordinário ou extraordinário (CERTEAU,) ou pode ser o meio pelo qual atravessam múltiplos e heterogêneos processos de individuação. Os modos de fazer espaço implicam em práticas (que podem ser serializadas, padronizadas, modeladas, astuciosas, inventivas, artísticas etc.) e na noção que incide sobre a pessoa que realiza essa prática (entendida enquanto indivíduo ou meio pelo qual atravessam processos de individuação).

O pensamento urbanístico é um dos modos de fazer espaço das cidades, que surge no Antropoceno.

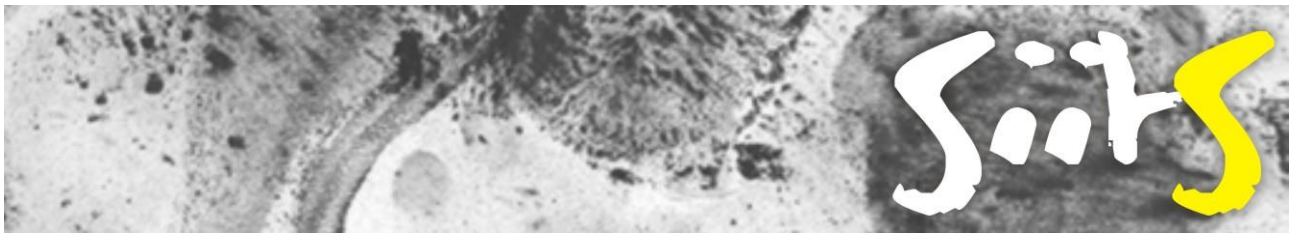
#2. O pensamento urbanístico e o Antropoceno.

O Antropoceno é um termo cunhado no início dos anos de 1980, pelo biólogo americano Eugene F. Stoermer, que cria uma inflexão no arco temporal sobre as eras geológicas. É posterior ao holoceno, fase na qual se deu o desenvolvimento da agricultura e que tinha como população do planeta aproximadamente 100 milhões de habitantes. A taxa de crescimento populacional se dava na proporção de 5 mil anos para que pudesse ser duplicada. A primeira duplicação deu-se na Idade do Bronze, quando as pessoas aprenderam a dominar a técnica da metalurgia, a segunda duplicação aconteceu já na Idade Média.

O Antropoceno é uma era que inicia com a revolução industrial, por volta de 1700, no ponto em que a curva estatística do aumento demográfico mundial cresce exponencialmente³. Esse crescimento apresenta ainda um segundo ponto de inflexão mais dramático que o primeiro que ocorre por volta de 1950⁴, período do Baby Boom pós-guerras mundiais. Temos hoje, de acordo com dados da ONU, uma população mundial que pode ser estimada em sete bilhões de pessoas. Esses pontos da curva, como posto acima, separam para certos estudiosos o antropoceno em duas fases: a primeira chamada de Era Industrial (1800-1945) e a segunda chamada de Era Grande Aceleração (1945- dias atuais). (STEFFEN, CRUTZEN, McNEILL, 2007) Neste

³ 610.000.000 no mundo, de acordo com Colin McEvedy and Richard Jones, no “*Atlas of World Population History*” (Penguin, 1978). Sendo 300.000 pessoas no Brasil, de acordo com Celso Furtado no livro “*Formação Econômica do Brasil*” (1959), p.93.

⁴ 2.500.000.000 no mundo, de acordo com Colin McEvedy and Richard Jones, em no “*Atlas of World Population History*” (Penguin, 1978) 18.782.891 nas áreas urbanas e 33.161.506 nas áreas rurais, no Brasil, de acordo com Estatísticas Históricas do Brasil/volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Anuário Estatístico do Brasil/IBGE - Rio de Janeiro, volume 56, 1996.



5º SIMPÓSIO IMAGEM E IDENTIDADE E TERRITÓRIO | MACEIÓ | 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 | CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | UNIT

período da Grande Aceleração, para fazer uma correlação com o pensamento urbanístico, criamos por conta, uma subdivisão que vai de (1945-1980) e outra que abarca o período (1980-dias atuais)

Não por coincidência, é no Antropoceno que surge o urbanismo, essa disciplina que forma profissionais devotados à organizar os espaços das cidades. Iremos nesse #2, tratar do Antropoceno com o urbanismo e do pensamento sobre espaço apropriado para a pesquisa.

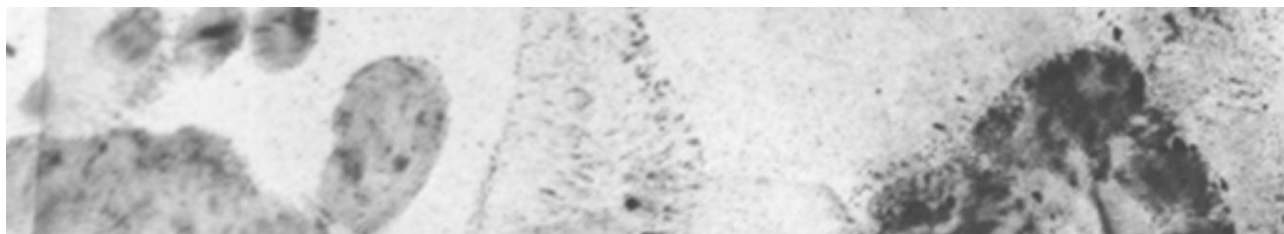
1ª fase do Antropoceno, ou Era Industrial (1800-1945):

Na primeira fase tem-se o início dos grandes ciclos migratórios dos campos para as cidades, processo que paulatinamente passa a ocorrer em todo o planeta e esse fato é diretamente relacionado a emergência e afirmação do urbanismo. O pensamento urbanístico é aquele produzido por diferentes áreas de saber que foram agenciados em uma disciplina que surgiu como uma “ciência e teoria da localização humana”. De acordo com Françoise Choay o urbanismo “corresponde ao surgimento de uma realidade nova: pelos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica.” (CHOAY, p.2) A pretensão à objetividade positiva da ciência levou à um modo de fazer espaço que se impôs enquanto discurso de verdade: a cidade precisa ser urbanizada por problemas de higiene, segurança e adequação à moderna sociedade industrial. Que se pesem todas as nuances do pensamento urbanístico desse período, tratadas por diferentes antologias como as de Françoise Choay, o urbanismo passou a ditar modos de fazer cidades por meio de modelos. Quanto mais o mundo se industrializava, reafirmando o Antropoceno, mais os arquitetos e planejadores urbanos viajavam mundo afora carregando seus diagnósticos e projetos para as cidades.

2ª fase do Antropoceno, ou Era da Aceleração (1945-hoje):

Parte1 (1945-1980):

Essa fase inicia-se com os grandes ciclos migratórios mundiais, pós-grandes guerras e é aqui que surgem as primeiras críticas ao urbanismo, predominante idealizado pelo ideário moderno, calcado na funcionalidade proposta pela Carta de Atenas. Aqui também emerge um dispositivo transnacional, as Nações Unidas, que impõem um programa desenvolvimentista baseado no ainda na economia industrial, modelado e aplicado ao redor do mundo para manter a paz e diminuir as desigualdades. Esse agenciador de políticas mundiais é o grande fomentador dos discursos ligados ao desenvolvimento, à participação popular, à sustentabilidade



e proteção às culturas e essas políticas estão diretamente relacionadas aos modos de fazer presente em quase todas as grandes cidades no mundo, e que por sua vez, tem em suas bases o conceito de indivíduo definido por sua identidade.

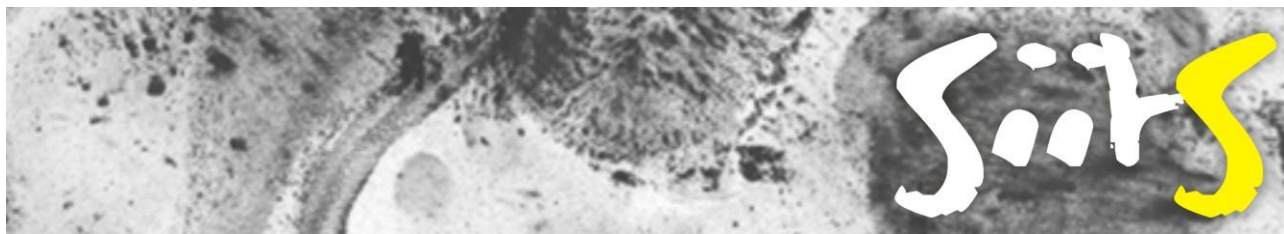
2ª fase do Antropoceno, ou Era da Aceleração (1945-hoje):

Parte2 (1980-hoje):

A partir desse período os assentamentos humanos da maioria da população mundial (54%) passam a ser urbanos, mas essas áreas integram as áreas rurais e naturais através da exploração econômica. As cidades não sobrevivem sem os recursos humanos e naturais da vida das áreas rurais e das naturais. A ONU em suas estimativas estatísticas coloca que somos 7 bilhões de pessoas na Terra; 3,6 bilhões habitam as cidades, sendo que desses, 1 bilhão de pessoas vive em favelas - consumindo recursos cada vez mais escassos. O urbanismo ou o planejamento urbano criado pelo pensamento urbanístico, mesmo com o acúmulo crítico das décadas anteriores, não encontrou modos de fazer espaço das cidades que fizessem frente aos problemas enfrentados; e parece que perdeu sua capacidade de pautar os modos outros de fazer espaço que hoje são cada vez mais ditados por uma economia de aceleradas transformações, de uma era pós-industrial, financeirizada, cada vez mais globalizada, mediada por objetos técnicos cada vez mais sofisticados. Essa situação levou a disciplina à um momento de crise. Por mais que propostas inovadoras surjam, vide os encontros, as publicações ou os projetos da área, nenhuma parece efetivar um ponto de inflexão que nos tire da beira do precipício da crise que as cidades apontam no Antropoceno.

#3 modos de fazer espaço e os modos de aprender

Por hipótese, pensa-se que há uma correlação direta dos modos de fazer os espaços que padroniza e torna homogênea a paisagem e a vida cotidiana das cidades com os modos de aprender por hora postos para a maioria dos brasileiros. Os processos normalizados pelos modelos replicados pelo urbanismo, ainda muito calcado no conceito de indivíduo e nas marcas de distinção de identidade, são os mesmos processos normalizados pelos modelos replicados pelas instituições de ensino. Vejamos as escolas, afinal para que se estuda? Para aprender o que de fato interessa em cada momento da vida ou para estocar conteúdos que pouco servem para vida, mas que nos distinguem uns dos outros? E os conteúdos, em si, são inventivos e partem da vida cotidiana ou seguem um padrão posto, definido por um poder hegemônico?



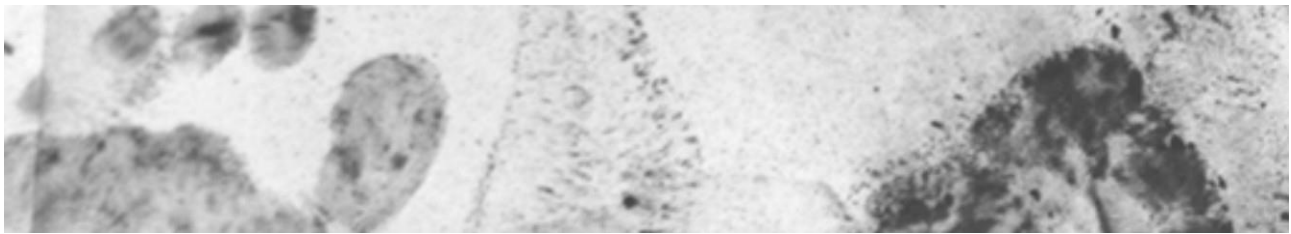
5º SIMPÓSIO IMAGEM E IDENTIDADE E TERRITÓRIO | MACEIÓ | 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 | CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | UNIT

E, entende-se aqui que a correlação direta entre os modos de fazer espaço e os modos de aprender é feita pela lógica do “vou copiar, se deu certo lá pode dar certo aqui” que viralizou no Brasil, a partir da Era Industrial. Copia-se modelos, a “cola”, o “ctrl C ctrl V” é o modo vigente de aprender e de fazer espaço. No fazer cidades pode-se, como exemplo, apontar para a replicação da Carta de Atenas como modelo para intervenção nas nossas cidades que buscavam modernizar-se ou para o planejamento estratégico, que criou uma certa “arte de fazer” em Barcelona na década de 1980 mas a partir de então tornou de modo, moda, modelo e se generalizou para o mundo, como se todas as cidades fossem a mesma. No aprender temos algumas poucas instituições que se pautam por experiências construtivistas, mas essas poucas experiências vão até a infância. Ao chegar à adolescência todas os brasileiros, ou melhor aqueles que podem por terem adquirido as marcas de distinção suficientes, se sujeitam às normas das grades de disciplinas e dos programas de conteúdo impostos pelas diretrizes curriculares que levam aos cursos profissionalizantes, de preferência os acadêmicos. Os profissionais formados nesse sistema, em sua maioria, atuam pela lógica do “deu certo ali vou copiar aqui”.

Graças a complexidade inerente à vida cotidiana, nenhum cópia, por mais próxima que seja do modelo, fica igual ao original. Do mesmo modo as práticas nunca obedecem fielmente às programações que lhe são impostas. As reapropriações e as experimentações inventam resistências aos modos modelares impostos e os processos de individuação rompem com todo sistema pensado como estável e fixo. É por entre essa brecha que intentamos criar as ações dessa pesquisa.

#4 modos de fazer espaço, os modos de aprender, o pensamento urbanístico e a intenção de [des][re]fazer esse espaço em crise.

Entende-se aqui que o aprender é ação de sujeitos entre si e com e para o mundo, que estabelece um diagrama de forças **entre** o pulso conservativo [memória, preconceitos, rede de relações sociais, tabus...] e o transformador [imaginação, criação, revolução...]. Todo sujeito que chega insere-se em um contexto dado [o pré-individual que em cada sociedade, grupo ou indivíduo configura um regime de signos e significantes já posto] e, pelo aprendizado o sujeito passa a poder se articular entre o diagrama. O sujeito conquista o direito à palavra [à fala e à escuta entre sujeitos] que o permite articular as ações em jogo. Aprender é



conquistar a palavra-ação e tornar-se sujeito, é poder ser e fazer o espaço [concebido, percebido, vivido⁵]. Espaço se faz pela palavra-ação do sujeito.

Mas esse sujeito é também entendido aqui como meio que agencia processos de individuação e a palavra-ação é a atualização discursiva e prática de múltiplos processos. Se o que se aprende não é um conteúdo fixo e sim uma palavra-ação que articula forças conservadoras e/ou transformadoras como conceber o espaço e suas representações [percebido e vivido] e suas práticas em um outro registro?

O espaço, e as cidades como produtos do espaço contemporâneo, chegam ao estado de crise marcadamente a partir da Era da Aceleração do Antropoceno [a partir de 1945 até hoje] e faz se necessário repensar as categorias e recriar noções com que construímos o espaço já que as que herdamos do pensamento urbanístico são as mesmas que perpetuam essa crise. Dai pensarmos no sujeito. Como [re]fazer o espaço para transformar [recriar] tanto a palavra-ação do sujeito como o espaço por ela concebido, percebido e vivido nas cidades do Antropoceno a partir do sujeito entendido como meio? Não se sabe a resposta, por isso achamos que é preciso [re]aprender a agir no espaço, inventando outras palavras-ação. Continuando o desenvolvimento da hipótese coloca-se que este aprender talvez deva ser feito “fora” do pensamento urbanístico e de suas instituições.

Referências bibliográficas

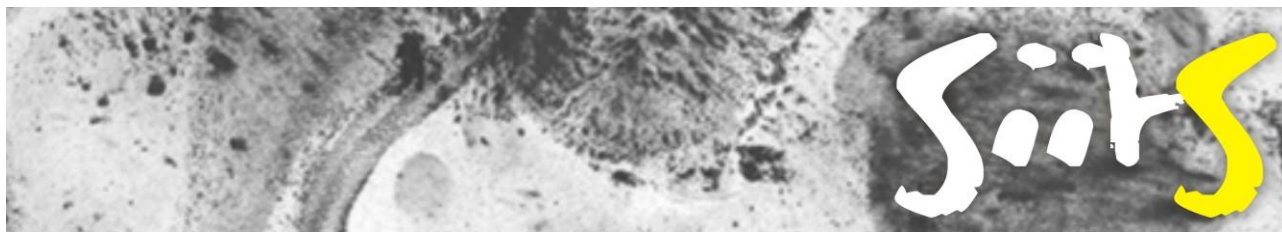
BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Espaço & Debates. Dossiê Cidade e História. São Paulo: NERU, ano XI, n. 34, 1991.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

⁵ No livro *A Produção Social do Espaço* Henri Lefebvre coloca que o espaço das cidades após a era industrial (ou seja, no Antropoceno) só pode ser compreendido por três momentos articulados entre o concebido, percebido e vivido. As *representações do espaço*, ou seja, o espaço *concebido*, é a dimensão dada pelos cientistas, pelos planejadores, urbanistas, tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade que colam o vivido e o percebido ao concebido. Os *espaços de representação* é a dimensão do espaço *vivido*, que se faz através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, é o espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas escritores, dos filósofos. E o terceiro momento seria o da prática espacial, o espaço percebido, que se conhece a partir do corpo, do uso das mãos, membros, órgãos sensoriais, gestos do trabalho.



5º SIMPÓSIO IMAGEM E IDENTIDADE E TERRITÓRIO | MACEIÓ | 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 | CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | UNIT

DELEUZE, Gilles. Gilbert Simondon, o indivíduo e a sua gênese fisiobiológica. Tradução de Luiz Benedicto Lacerda Orlandi. Disponível em: <http://www.4shared.com/web/preview/pdf/DMei1pYba?>. Acessado em 01 out 2015

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto: Afrontamento, 1975.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. II Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, realizado em 1993 em Salvador, e publicado em 1998. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1360>. Acessado em: 29 set 2015.

GOITIA, Fernando Chueca. Breve História do Urbanismo. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Orgs.). Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: FAU-UFBA, 1992, p. 11-26.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S.. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 2.ed. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1982.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500- 1720). São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1968.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Dossiê Cidades. v. 27, n. 53, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102018820070001&lng=es&nrm. Acessado em 17 out 2015.

SEN, Amartya. Identidade e Violência Trad. de Maria José de la Fuente Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007.

SIMONDON, G. L'individuation psychique et collective. Paris: Editions Aubier, 1989.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J. e McNEILL John R.. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? Royal Swedish Academy of Sciences: Ambio, Vol. 36, No. 8 (Dec., 2007), pp. 614-621.